

Juventude e vulnerabilidade social ¹

Fernando Lima das Neves

Resumo

Pretende-se neste artigo situar a juventude no contexto das desigualdades sociais no Brasil, com ênfase especial em sua singularidade no que concerne aos impactos dessas situações estruturadas e nos riscos de fratura social inerentes a essa conjuntura de vulnerabilidades. Cabe, então, retomar os percalços decorrentes da naturalização das desigualdades sociais, da perda da noção de projeto, dos impedimentos de inserção na esfera produtiva e de certos episódios de discriminação e violência que engendraram um ciclo que segue inquebrantável. Por outra via, é preciso situar a inserção juvenil no espaço público, espaço por excelência das práticas políticas, de onde emergem mobilizações diversas que buscam contrapor o quadro descrito.

Palavras-chave: Juventude - cidadania - desigualdades sociais - sociedade civil

Abstract

It is intended in this article to point out youth in the context of the social inequalities in Brazil, with special emphasis in its singularity in that it concerns to the impacts of these structuralized situations and in the inherent risks of social breaking to this conjuncture of vulnerabilities. It is important, then, to retake the problems resultants of the naturalization of the social inequalities, of the loss of the project notion, of the impediments of insertion in the productive sphere and certain episodes of discrimination and violence that have produced a cycle that remain without cracks. On the other hand, it is necessary to point out the insertion of youth in the public space, space par excellence of political practices, from what different mobilizations emerge trying to oppose the described situation.

Key-words: Youth - citizenship - social inequalities - civil society

¹ A primeira versão deste artigo foi elaborada ao final da disciplina "Democracia: teoria e realidade", oferecida pelo Prof. Lúcio Kowarick durante o primeiro semestre de 2004 no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

* Mestrando em Sociologia - FFLCH-USP.

A perpetuação do quadro de desigualdades sócio-econômicas e de precarização da vida reflete configurações sociais específicas na dinâmica das sociedades contemporâneas. O encolhimento das possibilidades de intervenção efetiva nas decisões e escolhas do conjunto social mais amplo, para além do aspecto da reprodução da vida, promove circunstâncias materiais e simbólicas de desligamento das pessoas, ou seja, de afastamento de qualquer forma de participação política e de uma não efetivação dos direitos sociais concernentes a determinada sociedade. Por outro lado, formas de mobilização social, interligadas ou não, são ainda propostas e realizadas pela sociedade civil: a visibilidade dos movimentos sociais não está totalmente obscurecida.

Pretende-se aqui situar brevemente a juventude no contexto das desigualdades sociais arraigadas no Brasil, destacando a sua singularidade no que concerne aos impactos dessas situações estruturadas e os riscos de fratura social inerentes a essa conjuntura de vulnerabilidades.

A juventude é uma categoria variável, com diferentes definições e em disputa constante, posto que objeto de interesses (econômicos, religiosos, políticos, etc.) diversos². Essas lutas em torno da definição legítima da categoria juventude, como se observa nas variadas atribuições de significado, ressoam diretamente nas disputas quanto à destinação do fundo público; transparecidas, por exemplo, nos embates em torno da elaboração de políticas públicas para tal grupo etário. A compreensão dessas lutas taxionômicas permite a inserção nas questões da produção social do espaço público, dos embates em torno da distribuição da riqueza social, enfim, da questão social mais ampla que envolve determinada sociedade.

Trata-se de uma situação de vida assentada na transitoriedade, entendida como uma etapa de transição do universo infantil – mais dependente e restrito – para o ingresso no mundo adulto – mais abrangente e autônomo. Além disso, é mister a adoção de uma perspectiva pluralista que permita uma aproximação mais fidedigna das modulações que incidem sobre a condição juvenil. Dessa forma, aspectos como classe social, sexo, idade³, geração (as diferentes experiências de vida e a memória social incorporada) e a dinâmica dos círculos familiares convergem concomitantemente para a produção social e cultural do que se compreende por juventude (cf. MARGULIS e URRESTI, 1998).

Em épocas de “acumulação flexível do capital” (cf. HARVEY, 1992), o tempo presente se sobressai e adquire preponderância na vida e nas práticas individuais e coletivas. As pessoas passam a viver sob a égide do que Robert Castel (1998) chamou de “selo do aleatório”, logo não se processam narrativas que viabilizem a constituição do futuro: as biografias se deterioram. O “presentismo” generalizado impossibilita qualquer busca de significação e de composição do debate, ou da pauta do debate, anulando qualquer perspectiva de ação e experimentação em longo prazo (cf. SENNETT, 2001). Tal como observa Marc Bessin (1999), “as trajetórias biográficas devem ser reajustadas o tempo todo e os indivíduos precisam mobilizar toda sua capacidade de adaptação para escapar da exclusão”, pois “a

² Para diferentes conceituações de juventude, ver Foracchi, 1972; Ariès, 1981; Bourdieu, 1984; Abramo, 1994; Melucci, 1997; Sposito, 1997; Margulis e Urresti, 1998; Groppo, 2000; Pais, 2001.

³ Preferimos adotar a faixa etária mais amplamente aceita (15 a 24 anos de idade), embora as ressalvas sejam sempre necessárias, tendo em vista as variações de significados para cada sociedade.

crença no Progresso, que permitia contar com o futuro, é substituída pela marca do aleatório, tanto no âmbito individual quanto no âmbito social” (BESSIN, 1999).

Para a juventude, essa conjuntura torna-se ainda mais problemática, com implicações teóricas e práticas as mais diversas. Se o presente lhe é negado, como constituir um futuro? Se o acaso é o que lhe resta, qual o sentido de qualquer ação política com objetivos próprios?

A crise no mundo do trabalho talvez seja a maior expressão dessa fragilidade, pois aqui se encontra o suporte de inscrição na estrutura social mais ampla. A busca pelo primeiro emprego tornou-se a principal dificuldade desses e dessas jovens submetidos às “exigências do mercado de trabalho”⁴. O ingresso nesse novo mundo compõe-se, assim, a partir de um dilema perverso: se não há lugar para todas as pessoas no mundo da produção, como garantir um espaço de atuação que possibilite a reprodução material da vida e a formação simultânea de uma trajetória que viabilize a realização de projetos, ou o engendramento do futuro?

Como alternativa a essa situação, alguns adiam a sua inserção no sistema produtivo, canalizando os esforços para os estudos, embora o acesso ao conhecimento – que permanece ainda restrito – já não garanta mais a certeza do surgimento de oportunidades. Outros, por sua vez, vão constituindo vidas flutuantes que não geram possibilidades para se efetivar a tão sonhada “estabilidade”. Conforme Castel, “esse drama decorre de novas exigências da competitividade e da concorrência, da redução das oportunidades de emprego, fazendo com que não haja mais lugar para todo mundo na sociedade onde nós nos resignamos a viver” (1997: 29).

Destituídas do emprego, essas pessoas são jogadas também para fora de todas as relações sociais que giram em torno delas, produzindo trajetórias cambiantes e efêmeras. Essa ausência de possibilidades de inserção no mundo social mais amplo, nas redes de relações interdependentes, conflitantes ou convergentes, e consideradas segundo aspectos diversos como posição social, salário, grau de escolaridade, sexo, naturalidade e cor da pele, gera uma instabilidade que é refletida em muitas ações juvenis que não condizem, por certo, com a ordenação social determinada: roubos, inserção no crime organizado, vandalismo, etc (DUBET, 1997). Entretanto, são manifestações superficiais de um problema que se inscreve na estrutura social e econômica mais profunda da sociedade e que acaba por obnubilar a perversidade do ciclo hermético em que esses jovens se inserem. O ciclo se fecha porque se naturaliza e, a partir de então, como veremos mais adiante, o que resta para a averiguação é apenas o invólucro da ocorrência e não a composição e o processo de formação desses fatos. Tal situação provoca em geral reações “enérgicas” orquestradas por grupos diversos e nas quais o pano de fundo explicitado anteriormente não ganha, deliberada ou inconscientemente, contorno algum nos muitos debates e opiniões sobre “segurança pública”, seja por parte de governos e partidos, seja por boa parte da população, para quem a instrumentação dos meios de comunicação de massa seja talvez o maior algoz.

⁴ Márcio Pochmann (1998 e 2004) discute, com muitos dados estatísticos, essas vicissitudes da inserção contemporânea da juventude no mercado de trabalho, considerando a atual época de transição das “sociedades industriais” para as “sociedades do conhecimento”, e a particularidade que esse processo vem assumindo na sociedade de classes brasileira.

O conteúdo de tais reações pode em muitos casos beirar à discriminação mais explícita e, no limite, o desejo do extermínio, ou uma “mentalidade exterminatória”, nos termos de Luciano Oliveira (1997), cuja maior expressão atualmente para os grupos juvenis possa ser a proposta de redução da maioria penal no Brasil. Esse conjunto interligado e compartilhado de idéias e práticas sintetiza a fragilidade dessas pessoas, cuja probabilidade de desligamento do corpo social torna-se um resultado esperado e, quando não, desejado.

Nesse mesmo sentido, Castel (1998) fala de um “*continuum* de posições”, que questiona o conjunto da sociedade e que pode gerar, no limite, uma massa de “desfiliaados”, de “supranumerários” “inúteis para o mundo”. Fazendo a crítica às limitações da expressão “excluídos”, Castel afirma ainda que “na maior parte dos casos, ‘o excluído’ é de fato um *desfiliaado* cuja trajetória é feita de uma série de rupturas em relação a estados de equilíbrio anteriores mais ou menos estáveis, ou instáveis” (1997: 22).

Entretanto, em se tratando de juventude, o problema antecede esse processo: está na formação dessa trajetória, posto que o “equilíbrio anterior”, *quando há*, encontra-se recentemente constituído e, por isso mesmo, fragilizado, já que não se encontra completamente livre dos laços de sociabilidade primária, leia-se, a família. Assim, o caminho traçado por Castel – integração, vulnerabilidade e desfiliação – pode se tornar incompleto, ou ser percorrido com maior rapidez, no caso da juventude.

Percebe-se, então, alguns elementos da configuração atual da questão social brasileira, ou seja, das disputas em torno do fundo público, da riqueza socialmente produzida, na qual a juventude, dentre outras categorias como as crianças e os idosos, se insere de maneira singular. Para Lúcio Kowarick (2001), essa nossa questão social se fundamenta na “fragilização da cidadania”, explicitada no processo de destituição de direitos e na precarização dos serviços coletivos que possam garantir uma proteção pública mínima. Essa nossa dificuldade de expandir e solidificar os direitos sociais traduz uma situação em que o “conjunto de direitos básicos não se traduz no fortalecimento de um campo institucional de negociação de interesses e arbitragem de conflitos, nem em políticas sociais de amplo alcance” (KOWARICK, 2001: 16), resultando em processos de desenraizamento social, de perda de vinculações sociais e políticas mais amplas.

Nesse contexto de alterações velozes e constantes, fluidez e “ação performática” são marcos de referência para o imaginário social, o que repercute, por sua vez, com variações específicas, em muitos elementos normativos e cognitivos da realidade que acabam por revelar sua naturalização: é algo impossível de ser alterado, pois “sempre foi assim e assim sempre será”.

Jessé Souza analisa o processo histórico de formação da naturalização da desigualdade, da construção social da subcidadania,, na esteira do tema marxista da “ideologia espontânea do capitalismo”. Para tal tarefa, o autor faz a crítica à ausência do tratamento adequado dos processos de aprendizados coletivos morais e políticos, propondo para isso a junção das teorias de Charles Taylor e Pierre Bourdieu como forma de se perceber as vinculações entre moralidade e poder. Do primeiro, o autor aproveita a crítica ao naturalismo, científico e cotidiano, o qual impede que se relacionem as

considerações sobre a configuração valorativa subjacente ao racionalismo ocidental que engendrou uma hierarquia e uma noção de reconhecimento específicas. Do segundo, ele aproveita o “desmascaramento sistemático da ‘ideologia da igualdade de oportunidades’”, fundamento do “processo de dominação simbólica típico das sociedades avançadas do capitalismo tardio” (SOUZA, 2003a: 41).

Fundamental nessa reconstrução é a proposta do autor de subdividir a categoria *habitus*, de forma a complementar a definição de Bourdieu. O que é denominado de “*habitus* primário” corresponde ao sentido próprio de Bourdieu, ou seja, a “esquemas avaliativos e disposições de comportamento objetivamente internalizados e ‘incorporados’”. Porém, é complementado pela asserção tayloriana de “compartilhamento de uma noção de ‘dignidade’”, que exige “um efetivo consenso valorativo transclassista” (SOUZA, 2003b: 63) do reconhecimento dessa dignidade do agente racional. O limite “para baixo” do “*habitus* primário” é o “*habitus* precário” que se refere a personalidades e a comportamentos que não compartilham os esquemas valorativos de uma sociedade e, por isso, não são passíveis de reconhecimento social. O limite “para cima” é o “*habitus* secundário” que parte da consolidação do “*habitus* primário” e estabelece critérios de distinção social a partir do “gosto”.

Essas noções todas contribuem para a compreensão do processo sutil, implícito e institucionalizado de naturalização das desigualdades sociais, tendo em vista principalmente essas diferenciações no acesso a bens culturais reconhecidos como valores dominantes por grande parte da sociedade. Nas palavras de Jessé, “é desafiador e necessário mapear a institucionalização do acesso diferencial a bens culturais que são aceitos ou que passam a ser tendencialmente aceitos pela enorme maioria da população como os valores dominantes da sociedade como um todo” (2000: 255).

Para as pessoas “afetadas por um *habitus* precário”, esses padrões valorativos socialmente definidos não possuem o mesmo sentido, posto que seu processo de inserção no conjunto da sociedade através da incorporação dos esquemas de disposições comportamentais e reflexivas ocorre de maneira diferenciada. Essas pessoas se inserem, pois, no mais baixo nível da hierarquia valorativa produzida, acentuando e perpetuando as formas camufladas de dominação, o que provoca, por sua vez, “feridas profundas” como “a accitação da situação de precariedade como legítima e até merecida e justa”:

a circunstância da “naturalização” da desigualdade periférica que não chega à consciência de suas vítimas, precisamente porque construída segundo as formas impessoais e peculiarmente opacas e intransparentes, devido à ação, também no âmbito do capitalismo periférico, de uma “ideologia espontânea do capitalismo” que traveste de universal e neutro o que é contingente e particular (SOUZA, 2003a: 179).

A percepção dessa lógica de dominação, deslindada por Jessé Souza, que se reproduz perenemente, é imprescindível para a complementação do entendimento do processo de desfiliação, como proposto por Robert Castel, o qual passa pela inexistência de uma noção compartilhada de “dignidade do agente racional” – que exigiria um “consenso básico transclassista” capaz de promover o reconhecimento dessa dignidade. Nas palavras do autor,

é apenas a partir da reconstrução da lógica opaca dessa dominação simbólica subpolítica incrustada no cotidiano, que se compreende como em sociedades democraticamente abertas como a brasileira, sob o ponto de vista formal, é possível a reprodução cotidiana de índices de desigualdade inéditos em todo o globo entre as sociedades complexas de algum tamanho (SOUZA, 2003a: 179-180).

As distâncias social, econômica e cultural entre os seres humanos referem-se a essa valoração diferencial que será a base da definição do que é “ser gente”. Essa distinção, como visto, pode, no limite, provocar a eliminação explícita, ou o desejo de realizá-la, de todos aqueles e aquelas que objetivamente “não são gente”⁵. Para Jessé Souza,

‘gente’ e ‘cidadão pleno’ vão ser apenas aqueles indivíduos e grupos que se identificam com a concepção de ser humano contingente e culturalmente determinada que ‘habita’, de forma implícita e invisível, a consciência cotidiana, a hierarquia valorativa subjacente à eficácia institucional de instituições fundamentais como Estado e mercado e que constitui o cerne da dominação simbólica subpolítica que perpassa todas as nossas ações e comportamento cotidianos (SOUZA, 2003a: 180).

Além desse longo e intricado processo de “naturalização da desigualdade”, Lúcio Kowarick observa outra “matriz de controle e acomodação social”, qual seja, a da “neutralização”. Embora essa noção esteja presente na análise de Jessé Souza quando da definição do “*habitus* primário” e no desmascaramento do processo de dominação simbólica subjacente à “ideologia espontânea do capitalismo”, cabe a utilização do termo de Kowarick para se perceber mais concreta e nitidamente as formas de inviabilização da ação política desses atores postos à margem das decisões, da definição dos rumos a serem seguidos por uma determinada sociedade. Para ele, esse mecanismo de neutralização “baseia-se tanto em ardilosos artifícios de persuasão, como em escancarados métodos de constrangimento e coação que conformam mecanismos para reforçar as dinâmicas de subalternização” (KOWARICK, 2003: 78). Ele ainda utiliza as noções de “cultura cívica da dissimulação” de Wanderley Guilherme dos Santos (1994) e do “processo de anulação de fala” de Francisco de Oliveira (1999) para reforçar essa situação material e simbólica e, portanto, uma “eficiente forma de controle e acomodação social, na medida em que induz à idéia de que sair do seu ‘devido’ lugar se trata de um ato bastante arriscado (...)” (KOWARICK, 2003: 78).

Ficam bem evidentes, assim, as formas de “naturalização da desigualdade” e de “neutralização” da ação das pessoas das classes dominadas. É certo que a lógica do “cada macaco no seu galho” é predominante; no entanto, se ampliarmos um pouco mais a imagem, veremos que nem mesmo há galhos suficientes para tantos macacos,

⁵A história recente do Brasil está recheada com fatos que explicitam nitidamente esse limite: o massacre de presos do Carandiru na cidade de São Paulo em outubro de 1992 com apoio de boa parte da população; a chacina da candelária na cidade do Rio de Janeiro em julho de 1993; a defesa do retorno da pena de morte, observado, por exemplo, no projeto de lei apresentado pelo ex-deputado Amaral Netto em 1994 que visava realizar um referendo sobre a pena de morte no Brasil; o massacre de Eldorado dos Carajás contra sem-terras no Pará em abril de 1996; o assassinato em Brasília do índio pataxó Galdino que teve o corpo queimado ao ser “confundido” com um mendigo em abril de 1997; o extermínio sistemático de moradores de rua na cidade de São Paulo em agosto de 2004; a chacina na Baixada Fluminense, envolvendo policiais militares, que deixou 29 mortos em março de 2005, dentre outros.

logo a tensão para a ocupação de um espaço está cada dia mais evidente: o risco de quebra é iminente. Se a “condição preparada para os que estão ‘out’ depende sempre da condição dos que estão ‘in’” (CASTEL, 1998: 34), ficam evidentes as decorrências práticas dos canais de negociação atuais.

Nesse ponto, cabe retomar a temática específica da juventude. A singularidade de sua inserção nesse universo social de desigualdade naturalizada funda-se, como já visto, dentre muitos outros fatores, no seu processo inicial de constituição autônoma da vida, na busca da inserção no sistema produtivo, no dilema entre a busca de formação (cada vez mais escassa e fugaz) e de provimento das necessidades materiais mais imediatas. Essa fragilidade é ainda reforçada pelos inúmeros mecanismos gerais de disciplina e controle que perpassam a vida dessas pessoas (cf. FOUCAULT, 1997, 1999 e 2000; DELEUZE, 1992). Não obstante, observa-se também a busca constante de elaboração de formas discursivas, apesar das limitações e da disparidade de acesso aos canais de comunicação.

A presença de organizações de juventude pode ser observada em muitos níveis de atuação social e política. Desde a campanha pelas eleições diretas, passando pelo *impeachment* de Collor e mais recentemente nas novas formas de organização dos diversos grupos, institucionalizados ou não, tais como a Pastoral da Juventude do Brasil ligada à Igreja Católica, o Movimento Hip-Hop, os jovens sem-terra, grupos de bairros pobres das grandes cidades desenvolvendo atividades esportivas e artísticas, pessoas inseridas nos movimentos de direitos humanos, educadores e outras que em diversos recantos do país promovem ações com visibilidade e poder de atuação, elaboradas com criatividade e cujo impacto ainda está para ser mais amplamente avaliado. Para além da permanência nas limitações, problemas, manipulações e apropriações diversas de cada um desses eventos e práticas historicamente situados, a ênfase aqui é nas organizações diversificadas da juventude que, apesar das especificidades geográficas, econômicas e culturais, têm comunicado entre si e realizado atividades múltiplas que dão respaldo à importância dessa categoria social na constituição da sociedade civil.

Cabe frisar, no entanto, que as muitas atuações dessas pessoas não se limitam à criação de espaços restritos de interação social, onde se cultivariam tão somente as relações pessoais. Muito além dessas “concepções subjetivistas”, é imprescindível ressaltar que a busca de compreensão e, a partir disso, da intervenção crítica em relação à formatação estrutural da sociedade brasileira perpassa, sobretudo, os campos econômico, cultural e político de mediações amplas e diversificadas, e não meramente as “interações face a face”⁶. Tal como afirma Jessé Souza, embora num registro completamente diferente de crítica à “explicação” do “paradigma personalista hibridista” do Brasil, cabe rechaçar esse

⁶ Cf. PUTNAM, R. D. *Bowling Alone. The collapse and revival of American community*, 2000 e *Democracies in Flux. The evolution of social capital in contemporary society*, 2002. Embora se refira ao contexto dos Estados Unidos, tentando averiguar as alterações na vida cívica e social das comunidades norte-americanas, é nesse autor que se constata tal problema. Afirmarções e referências pouco explicativas, generalizações e análises limitadas podem ser observadas em muitos trechos: “*A society characterized by generalized reciprocity is more efficient than a distrustful society, for the same reason that money is more efficient than barter. Trustworthiness lubricates social life*” (2002: 07); “*when economic and political dealing is embedded in dense networks of social interaction, incentives for opportunism and malfeasance are*

despropósito subjetivista de se interpretar sociedades periféricas complexas e dinâmicas, como a brasileira, como se o papel estruturante coubesse a princípios pré-modernos como o capital social em relações pessoais (...). Relações pessoais são importantes, na definição de carreiras e chances individuais de ascensão social (...). Nos dois tipos de sociedades [centrais e periféricas], no entanto, os capitais econômico e cultural são estruturantes, o que o capital social de relações pessoais não é (SOUZA, 2003b: 73).

É imprescindível o cuidado com as reconfigurações históricas dos problemas, diferenças e novidades em que os movimentos sociais de juventude se situam atualmente. Além disso, também é fundamental atentar para o duplo movimento no qual se conformam as disputas e reivindicações em torno da riqueza socialmente produzida, em síntese, as diversas nuances que compõem a questão social. De um lado, “consiste precisamente em analisar ‘fatores’ que *precedem* a exclusão para medir os riscos da fratura social: ver como funciona hoje a empresa, como se desfazem as solidariedades e se desagregam as proteções que asseguram a *inclusão* na sociedade...” (CASTEL, 1997: 22, grifos do autor). Por outro lado, busca-se compreender a dinâmica atual dos movimentos sociais como pressuposto de uma sociedade civil atuante, embora com características históricas próprias. Esse movimento permite uma percepção mais apurada do quanto essas pessoas destituídas das formas de atuação social e política têm produzido substanciais formas discursivas dentro dos limites estruturais mais amplos.

Dessa forma, assim como Eder Sader observou no contexto específico do Brasil na década de 1970, evita-se uma repetição de “modos dominantes de caracterização dos processos de reprodução social” (SADER, 1988: 37), passando-se a questionar a “mediação entre estruturas dadas e ações sociais desenvolvidas” (SADER, 1988: 43). Explícita-se, assim, o nível de “*empowerment*” social e político desses grupos, tendo em vista um possível “desenvolvimento alternativo” da sociedade: “*if an alternative development is to advocate the social empowerment of the poor, it must also advocate their political empowerment*” (FRIEDMANN, 1992: 7), logo “*the objective of an alternative development is to humanize a system that has shut them out, and to accomplish this through forms of everyday resistance and political struggle that insist on the rights of the excluded population as human beings, as citizens, and as persons intent on realizing their loving and creative powers within*” (FRIEDMANN, 1992: 13).

reduced” (2000: 21); “*Dozens of studies have shown that human happiness is much more closely predicted by access to social capital than by access to financial capital. In fact, the single most common finding from a half century’s research on the correlates of life satisfaction in countries around the globe is that happiness is best predicted by the breadth and depth of one’s social connections*” (2002: 08); “*(...) stable families provide the vaccines that reduce the number of contagious kids capable of infecting others*” (2000: 314); “*(...) poor people (by definition) have little economic capital and face formidable obstacles in acquiring human capital (that is, education), social capital is disproportionately important to their welfare*” (2000: 318). É claro que essas afirmações não podem ser retiradas do devido contexto de preocupação e de reação contra a perda dos laços históricos de coesão social e de comunitarismo cívico concernentes à realidade estadunidense. Não obstante, observa-se com clareza essa primazia do capital social sobre dimensões estruturantes como os capitais econômico e cultural. Realmente muitos aspectos restam a ser esclarecidos acerca do capital social, assim como o próprio Putnam reconhece: “*much more work will be needed to prove the power of social capital, and, in particular, to show in detail how and when its effects are clearest and most beneficial*” (2000: 295).

A inserção no espaço público é imprescindível para a elaboração de possíveis “desenvolvimentos alternativos” que possam de alguma forma “humanizar o sistema”. Pois concomitante às disputas em torno do fundo público está o risco de fratura social ainda mais amplo e generalizado, ou seja, a impossibilidade de efetivação de qualquer regime democrático com reais garantias de direitos aos seus “cidadãos”. Se “o provisório se tornou um regime permanente” (CASTEL, 1997: 25), ou a “exceção agora é a regra” (OLIVEIRA, 2003), esta inserção no espaço público – espaço por excelência da política – pode permitir uma reconfiguração do Estado e, por conseguinte, uma rearticulação da destinação do fundo público. A juventude, especificamente, tem buscado a promoção de muitas formas próprias de elaboração de práticas políticas cotidianas, com ressonância em muitas instâncias da sociedade brasileira, como meio de amainar a sua situação delicada e singular e, ao mesmo tempo, decisiva para a possibilidade de engendramento *no presente* de um futuro que por agora vai sendo adiado pelo paradigma do risco e da aleatoriedade das coisas.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.
- ARIÈS, Phillipe. *História social da família e da criança*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BESSIN, Marc. “Le temps, une question de pouvoir”, *Mouvements*, nº 2, Paris, janvier-février, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. “A juventude é apenas uma palavra”. In: *Questões de sociologia*. Editora Marco Zero, 1983.
- CASTEL, Robert. “As armadilhas da Exclusão”. In: BÓGUS, Lucia; et. al. *Desigualdade social e a questão social*. São Paulo: EDUC, 1997.
- _____. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DELEUZE, Gilles. “Post-Scriptum sobre as sociedades de controle”. In: DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.
- DUBET, F. *La galère, jeunes en survie*. Paris: Fayard, 1987.
- FORACCHI, Marialice Mencarini. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1972.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *Microfísica do poder*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- FRIEDMANN, John. *Empowerment: the politics of alternative development*. Cambridge: Blockwell, 1992.
- GROPPO, Luís Antonio. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

- KOWARICK, Lúcio. "Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil Urbano". *Revista Novos Estudos*. São Paulo, CEBRAP, n. 63, 2001, pp. 9-30.
- _____. "Sobre a vulnerabilidade sócio-econômica e civil: Estados Unidos, França e Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, ANPOCS, n. 51, v. 18, fev.2003, pp. 61-190.
- MARGULIS, Mario e URRESTI, Marcelo. "La juventud es más que una palabra". In: MARGULIS, Mario. *La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1998.
- MELUCCI, Alberto. "Juventude, tempo e movimentos sociais". *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, número especial, 1997, pp. 5-14.
- OLIVEIRA, Francisco de. "Privatização do público, destituição da fala e anulação da política pública: totalitarismo neoliberal". In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia. *Os sentidos da democracia: políticas do discurso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. *Crítica à razão dualista – O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, Luciano. "Os excluídos existem: notas sobre a elaboração de um conceito". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, ANPOCS, n. 33, 1997, pp. 49-62.
- PAIS, José Machado. *Ganchos, tachos e biscates*. Lisboa: Âmbar, 2001.
- POCHMANN, Marcio. *Inserção ocupacional e o emprego dos jovens*. Campinas: IE/Unicamp, 1998.
- _____. "Juventude em busca de novos caminhos no Brasil". In: NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo (orgs.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- PUTNAM, Robert D. *Bowling alone: the collapse and revival of American community*. New York: Simon & Schuster, 2000.
- _____. *Democracies in Flux: the evolution of social capital in contemporary societ*. Oxford University Press, 2002.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. *Razões da Desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora UnB, 2000.
- _____. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003a.
- _____. "(Não) reconhecimento e subcidadania, ou o que é 'ser gente'?" *Revista Lua Nova*. São Paulo, n. 59, 2003b, pp. 51-74.
- SPOSITO, Marília. "Estudos sobre juventude em educação". *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, número especial, 1997, pp. 37-52.
-